

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 525.672 - SP (2014/0128108-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : R M P**  
**ADVOGADO : JULIANA REGATIERI MUCIO - SP364169**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DESPACHO**

O recurso de embargos de divergência não foi instruído com a guia de custas e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda que manejado no âmbito de processo criminal, "os embargos de divergência são considerados feitos de competência originária", estando a parte embargante obrigada a "comprovar o recolhimento de custas sob pena de deserção" (AgRg no EAg n. 1.011.463/SC, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Seção, DJe de 1/10/2013).

Ilustrativamente:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO. EMBARGOS INDEFERIDOS LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS. LEI FEDERAL Nº 11.636/2007. RESOLUÇÃO Nº 1/08 DO STJ. RESOLUÇÃO Nº 4/2013 DO STJ. ARTIGO 511, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - FEITO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS. PEDIDO DE "HABEAS CORPUS" DE OFÍCIO PARA DETERMINAR A ABSOLVIÇÃO DO AGRAVANTE. "HABEAS CORPUS" DE OFÍCIO SÓ EM SITUAÇÕES DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO AO CASO SOB ANÁLISE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Dessa forma, nos termos do § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias corridos (art. 798 CPP), sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

